



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

4008

Presidente da Mesa Diretora: João Hamilton Silveira

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Repassa recursos, firma convênio, faz doação, concede subvenção, contribuição e ajuda financeira, destina as aplicações do Executivo

Autoria: João Hamilton Silveira

Data: 12/04/1994

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 28/94. Autoriza o Poder Executivo a utilizar os recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, para pagamento de dívida do Programa da Assistência Social do Servidor Público – PASEP. (Referente à Lei nº 2.197, de 19/04/1994).

Controle Interno – Caixa: 21

Posição: 35

Número de folhas: 05

Espécie: PL
Categoria: Repasse de recursos
CC: 21
Ordem: 35
nº fls: 02



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº

28/94

Autor: Prefeito Municipal

Assunto:

Autorizando o Executivo a utilizar recursos do
FPM para pagamento de dívida do Programa de
Assistência Social do Servidor Público - PASEP

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 12.04.94
- 2 Aprovado em regime de urgência em 19.04.94
- 3 A sanção em 19.04.94
- 4 Arquive-se
- 5 _____
- 6 _____
- 7 _____
- 8 _____
- 9 _____
- 10 _____

Caixa



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.401-002 - Montes Claros - MG



PROJETO DE LEI Nº

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A UTILIZAR OS RECURSOS DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM - PARA PAGAMENTO DE DÍVIDA DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP -.

A Câmara Municipal de Montes Claros decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM -, para pagar, parceladamente, o débito existente junto ao Programa de Assistência Social do Servidor Público - PASEPA-, inscritos na dívida ativa da União.

Art. 2º - O débito, a que se refere o art. 1º, corresponde a 333.368,78 UFIRs (trezentos e trinta e três mil, trezentos e sessenta e oito inteiros e setenta e oito centésimos da Ufir), que consta do processo administrativo nº 10.168-005129/84-64, e será liquidado da seguinte forma:

I. 50.005,31 UFIRs, no ato da assinatura do instrumento de parcelamento;

II. 283.363,47 UFIRs, divididas em 60 (sessenta) parcelas, equivalentes a 4.722,72 UFIRs mensais.

Art. 3º - Fica o Banco do Brasil-S.A., Agência de Montes Claros, autorizado a descontar, mensalmente, da primeira quota mensal do Fundo de Participação dos Municípios - FPM -, creditada ao Município de Montes Claros, o valor correspondente a 4.722,72 ... UFIRs, e a repassá-la ao Tesouro Nacional.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

1994.



Prefeitura de Montes Claros, 05 de abril de

Luiz Tadeu Leite

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE Legislação
EM 2 DE abril DE 1994
[Assinatura]
PRESIDENTE

É Legal e Constitucional
[Assinatura]
Selvinio Pinto

É Legal e Constitucional

A. E. Gomes (Tornada da Câmara)

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM única DISCUSSÃO POR
EM 9 DE abril DE 1994
[Assinatura]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À SANÇÃO
EM 19 DE abril DE 1994
[Assinatura]
PRESIDENTE



28/94
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG

EM, 0⁵ DE abril

DE 1994

OF. Nº :041/94

ASSUNTO : Encaminha Projeto de Lei

SERVIÇO : Consultoria Jurídica

Exmº Senhor Presidente,

O Programa de Assistência Social do Servidor Público - PASEP - ~~lei~~ criada para assistir o Servidor Público da União, do Estado e do Município, tem, de forma intrínseca, essa qualidade.

Como o regime jurídico do Município de Montes Claros é o estatutário competiria ao Poder Executivo recolher àquele Programa as contribuições devidas, o que não se fez. Em consequência, o débito existente foi inscrito na dívida ativa da União. A não liquidação deste débito poderá causar o bloqueio dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

Desta forma, esperamos que os Senhores Vereadores aprovem o Projeto de Lei que ora encaminhamos a essa Casa para exame.

Cordialmente,

Luiz Tadeu Leite

Prefeito Municipal



Exmº Sr.

Dr. João Hamilton Silveira

DD. Presidente da Câmara Municipal

N E S T A



É LEI
CONSTITUCIONAL
Valdeir

DE Nº: 001/94

ASSUNTO: Apresentação Projeto de Lei
SERVIÇO: Consultoria Jurídica

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O Programa de Assistência Social do Brasil - PAS - tem como finalidade a melhoria da qualidade de vida da população, bem como a integração social, econômica, cultural e política dos cidadãos.

Como o regime jurídico do Município de Montes Claros é o estatuto orgânico, o Poder Executivo resolveu aplicar o Programa de Assistência Social do Brasil, o que não se fez. Em consequência, o debate existente foi transferido para a Câmara Municipal. A não realização deste debate poderá causar o desperdício dos recursos do Município de Montes Claros.

Consta, portanto, da importância que os Senhores Vereadores aprovem o Projeto de Lei que ora apresentamos a Vossa Excelência.

Cordialmente,

Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal



Excelentíssimo Senhor Presidente
M. João Hamilton Silveira
M. Presidente da Câmara Municipal

MT 111